

Reciclando a cidadania em rede interdisciplinar

Andréa Jaeger Foresti*
Andreza Sulzbach
Heloisa Schneider Fortes
Marilize Pacheco Alves
Simone Barros de Oliveira
Tiane Alves da Silva

Resumo – Este texto tem por objetivo evidenciar o processo de constituição da ONG REDECRIAR, diretamente vinculada ao Projeto “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”, examinando os elementos que nele estão imbricados. O primeiro elemento se refere ao chamado Terceiro Setor, o qual se configurou como espaço de intervenção profissional, viabilizando a articulação de conhecimentos interdisciplinares, norteados por princípios éticos e políticos, que buscam garantir a universalidade das políticas sociais públicas. O segundo elemento a ser examinado é o Desenvolvimento Sustentável que se conformou como tema central das ações planejadas por abarcar, em seu conceito, o equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas. Esta conformação determinou a efetividade da proposta, ao delinear o conteúdo das intervenções, direcionado a um público-alvo coletivo. Nessa perspectiva, a implementação dos pressupostos metodológicos do Trabalho, em Redes Sociais, constitui-se como terceiro elemento imbricado no processo de constituição da REDECRIAR, corroborando com a reciclagem – aproximação prática de um novo conceito – da Cidadania, efetivado por um grupo de profissionais do Serviço Social, Biologia e Nutrição.

Palavras-chave – Cidadania. Desenvolvimento sustentável. Interdisciplinaridade. Questão social. Preservação ambiental.

Abstract: This article has the objective to demonstrate the process of constitution of an NGO REDECRIAR, directly connected to the Project Recycling Citizenship in Interdisciplinarity, examining the elements that are imbricated within it. The first element refers to the Third sector, which is configured as a space for professional intervention, making it possible the articulation of interdisciplinary knowledge based on ethical principles that aim to guarantee the universality of social public policies. The second element to be examined is the sustainable development which was the main theme of the planned actions because it incorporates in it is concept the balance between the environmental, social and economic questions. This composition has determined the effectiveness of the proposal when it draws the contents of its intervention, which is directed, to a collective target population. In this perspective, the implementation of the methodological processes of the social network intervention forms the third element in the constitution of the NGO REDECRIAR, going in

* *Andréa Jaeger Foresti*, Assistente Social e Engenheira Civil vinculada ao Conselho Diretor – ONG REDECRIAR. *Andreza Sulzbach*, Bióloga, vinculada ao Conselho Fiscal – ONG REDECRIAR. *Heloisa Schneider Fortes*, Nutricionista, vinculada ao Conselho Científico – ONG REDECRIAR. *Marilize Pacheco Alves*, Assistente Social, vinculada ao Conselho Diretor – ONG REDECRIAR. *Simone Barros de Oliveira*, Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, vinculada ao Conselho Científico – ONG REDECRIAR. *Tiane Alves da Silva*, Assistente Social, vinculada ao Conselho Fiscal – ONG REDECRIAR.

the direction of the recycling – practical approximation of a new concept – of citizenship, made by a group of professionals from Social Work, Biology and Nutrition.

Key words – Citizenship. Sustainable development. Interdisciplinarity. Social question. Environmental preservation.

O Terceiro Setor: uma síntese da linha do tempo

O processo de constituição da ONG REDECRIAR partiu da formação de um grupo de estudos que visava à reciclagem do conteúdo científico apreendido na graduação em Serviço Social, Biologia e Nutrição, de forma a constituir uma proposta interdisciplinar para o enfrentamento da questão social expressa na degradação ambiental. Buscando assegurar o caráter público no enfrentamento da questão social, a proposta se concretiza em um espaço que vem ganhando legitimidade social no mundo contemporâneo identificado como Terceiro Setor.

O Terceiro Setor é reconhecido como o terceiro personagem que entra no cenário mundial contemporâneo assim como o Estado e o Mercado já fazem parte da arena que compõe a organização social há mais tempo. Para se estabelecer um olhar para o Terceiro Setor (TS) no Brasil de hoje, é fundamental que se faça um traçado histórico delineado pelo movimento crítico-dialético,¹ desvendando a origem das ações de atendimento à questão social. Nessa perspectiva, no período Colonial Brasileiro, as relações de exploração deixaram um legado de submissão à identidade brasileira e configuraram “o favor como uma forma de moeda” (Cabral, 2006, p. 38). Prado Júnior apud Cabral (2006) afirma que a organização da sociedade brasileira foi se fundando na perspectiva econômica de fornecimento exterior do açúcar, ouro, diamantes, café, entre outros, em detrimento do atendimento das questões internas.

A identidade brasileira, aliada ao modelo caritativo de atendimento às seqüelas da questão social, historicamente construídos, foram legitimando a cultura do individualismo, da troca de favores, do clientelismo e da prática assistencialista. O espaço para as desigualdades sociais resultantes da acumulação do capital foi se ampliando à medida que a perspectiva de direitos públicos se reduzia no curso da história.

¹ O movimento crítico-dialético se caracteriza por atribuir um olhar à particularidade de determinada situação, direcionando-o para a totalidade de um fenômeno e retornar à particularidade em outro nível de apreensão do conhecimento, ou seja, em outro patamar de compreensão do mesmo fenômeno.

Logo após o período em que a democracia começava a se instaurar no Brasil, com os movimentos sociais pelo direito de voto conhecido como “Diretas Já” e com a materialização da Constituição Federal de 1988, houve a contra-reforma do Estado que alterava significativamente a Carta Maior. Essas alterações, além de reduzirem o caráter público universal das políticas sociais recém conquistadas em Lei, abarcando a lógica de mercado para o atendimento das demandas sociais, incluíram a filantropia e o voluntarismo para o tratamento das mesmas, direcionando-o para a sociedade civil e iniciativa privada. Nessa perspectiva, o “terceiro setor” ocupa um espaço definido por Montaño como

um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão, (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua (Montaño, 2002, p. 186, apud Andrade, 2006, p. 88).

Embora em 1991 já existissem, “aproximadamente, 220 mil entidades registradas como *sem fins lucrativos*”, o termo ONG se tornou mais popular com o evento ECO-92, a qual reuniu líderes de movimentos sociais nacionais e internacionais com o objetivo de discutir propostas para o Desenvolvimento Sustentável (Andrade, 2006, p. 96). No que se refere ao termo, considera-se ONG “todas as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que prestem serviços a um determinado grupo ou comunidade, desenvolvendo trabalhos voltados para o enfrentamento da questão social” (Paz, 1999, p. 195).

As ONGs são formadas por grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos preconizados por lei. O principal compromisso das mesmas é contribuir para a consolidação de uma sociedade democrática, cidadã, justa, igualitária, valorizando a participação individual e coletiva (Paz, 1999).

No período do Regime Militar (1964-1985), “muitas ONGs foram espaço para organização e contestação da ordem vigente”; no entanto, mantinham-se clandestinas (Andrade; 2006, p. 96). Com isso, evidencia-se um caráter popular reivindicatório por direitos de participação nas questões governamentais, o que também não nega, mas se soma à perspectiva de interesse do Estado na criação de ONGs como forma de responder às múltiplas expressões da Questão Social, estabelecendo parcerias com as mesmas.

Com esse resgate histórico, chega-se ao ponto central das reflexões a cerca do Terceiro Setor, como espaço de intervenção profissional do assistente social, a quem é atribuída uma complexa identidade. Esta modalidade de trabalho apresenta uma série de armadilhas

intrínsecas às relações que advém do modo de produção capitalista, à medida que essas se estabelecem,

nos seus diferentes níveis de poder [...], demarcada pela idéia da privatização, da redução da responsabilidade pública no trato das necessidades sociais das grandes maiorias, em favor da sua mercantilização, desarticulando direitos sociais, rompendo os padrões de universalidade atinentes a esses direitos e provocando uma profunda radicalização da questão social (Iamamoto, 2001, p. 19).

Desde a constituição do estatuto que rege uma entidade do TS, é fundamental ter como pressuposto, que o cotidiano profissional será tencionado pelas condições de sua permanência no cenário de intervenção e pela reafirmação de seu compromisso ético-político profissional. Permanência essa que está vinculada a investimentos econômicos efetivados pela esfera pública e privada e que define a relação de parceria entre organismos de fomento e instituições do TS.

Tendo em vista algumas situações de enfrentamento da Questão Social, movidas, exclusivamente, por interesses mercantis e eleitorais, torna-se imperativo avaliar a essência das propostas de parcerias apresentadas pelos fomentadores de recursos, se essas são representadas por forças de manutenção ou de mudança do cenário de agravamento das desigualdades sociais e se existem possibilidades de transformá-las (Iamamoto, 2002).

O cenário que se descortina requer do assistente social a condução de um processo de re-significação do objeto² de intervenção, superando o primeiro “falso dilema”, de atender uma demanda em detrimento da outra (Baptista, 2002, p. 33). Esse processo de superação se configura em diferentes níveis. O primeiro nível é ocupado pela demanda imediata, qual seja, a sobrevivência da entidade no mundo do trabalho em uma sociedade capitalista, ou seja, obter continuamente recursos econômicos para desempenhar as ações para as quais foi criada. O segundo nível se constitui no espaço que está ao alcance da ação profissional, em outras palavras, onde o profissional pode e deve produzir mudanças. É sobre este nível que os interesses diversos serão mediados, assegurando-se a direção ético-política (Baptista, 2002). Essa mediação, inicialmente, busca identificar esses interesses diversos, de forma que atendam tanto à população usuária dos serviços da entidade, os membros da mesma, como os possíveis fomentadores de recursos econômicos (públicos e privados), caracterizando-os então, como interesses universais.

² Este processo de re-significação do objeto está fundamentado em Myrian Veras Baptista (2002, p. 31-38).

No caso específico da ONG REDECRIAR, a avaliação do espaço de alcance profissional, conciliado aos interesses universais, levou o grupo a resgatar utopias e inquietações que nasceram ao longo do Curso de Serviço Social, e podem ser sintetizadas no “pedido” de Bertolt Brecht:

Nós vos pedimos com insistência,
Nunca digam – isso é natural
Diante dos acontecimentos de cada dia
Numa época em que reina a confusão
em que corre o sangue
Em que ordena-se a desordem
Em que o arbítrio tem força de lei
Em que a humanidade se desumaniza
Não digam, nunca – isso é natural (Coletânea de Leis, 2000).

Ao dar voz de resposta ao “pedido”, nasceram indagações que foram convergindo para uma temática que priorizasse uma perspectiva de afirmação da vida à de negação dos diferentes fenômenos sociais para enfrentamento dos mesmos. O desenvolvimento sustentável passou a ocupar espaço central na formulação da proposta por se configurar como temática atual de debates em cenários nacionais e internacionais, passando a ser definido como objetivo do milênio pelo PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Mundial). Nessa direção, o tema é traduzido para o cotidiano de comunidades empobrecidas em objetivos específicos que derivam do conceito pautado no equilíbrio entre as questões ambientais, sociais e econômicas e convergindo na elaboração de um projeto.

O desenvolvimento sustentável: mediando interesses universais

Considerando os desafios do mundo contemporâneo, grande parte dos debates se focaliza na formulação de propostas de desenvolvimento tecnológico que assegurem avanços e melhorias na qualidade de vida para as futuras gerações, concebida nas suas diferentes dimensões sociais, econômicas e ambientais. Nesta perspectiva,

o desenvolvimento sustentável se difunde como uma proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, *torna-se uma alternativa viável e não mais apenas uma utopia* ou fantasia organizadora da sociedade [...] (Buarque, 2001; p. 37; grifo nosso).

O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser entendido, não apenas como uma categoria econômica, pois o mesmo remete ao conceito de cidadania e direitos humanos quando determina que haja eficiência econômica sem deixar de lado fatores de justiça social e de respeito ao meio ambiente. Incide sobre este conceito a criação de um modelo que seja capaz de gerar riqueza e, ao mesmo tempo, bem-estar, promovendo uma coesão social que impeça a destruição dos recursos naturais sem comprometer a produção, ou seja, fazer proveito da natureza, buscando maior qualidade de vida sem devastá-la.

O desenvolvimento sustentável se preocupa com o equilíbrio do planeta e com os problemas atuais do modelo de desenvolvimento capitalista centrado no lucro (Unesco, 2005). Busca, ainda, equidade entre presente e futuro, entre países e continentes, entre raças e classes, entre sexos e gerações. De forma simples e, ao mesmo tempo, complexa, visa desenvolver a harmonia entre os seres humanos e a humanidade, e entre a humanidade e a natureza.

A vinculação do desenvolvimento social com o meio ambiente é necessária para que se possa alcançar o desenvolvimento sustentável que, para Sachs (2000), tem por objetivo alcançar um crescimento econômico e social que não dilapide o patrimônio natural das nações nem perturbe os equilíbrios ecológicos. O desenvolvimento sustentável não desconsidera a igualdade, a justiça social e o fortalecimento da cidadania; ao contrário, preocupa-se com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, ao mesmo tempo em que promove em cada ser humano, o sentimento de pertencimento e cidadania. Neste sentido, busca atender às necessidades presentes da população planetária, assegurando-se do cuidado que as ações do cidadão hoje não comprometam as gerações futuras.

A contemporaneidade vive a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS, 2005-2014), definida pela Organização das Nações Unidas, em 2002, com o objetivo de fomentar mudanças de comportamento que possam permitir a construção de uma sociedade sustentável, na qual a maneira de pensar o mundo leve à formação de sujeitos com valores éticos, comunidades construídas em torno de compromissos coletivos, sistemas sociais e instituições participativas, transparentes, justas, práticas ambientais que valorizem e sustentem processos ecológicos de apoio à vida (Unesco, 2005).

Visando fomentar mudanças de comportamento e constituindo-se no equilíbrio entre as questões ambientais, econômicas e sociais, o Desenvolvimento Sustentável aponta algumas direções. Quanto à questão ambiental, o cidadão deve tomar consciência da fragilidade e limitação dos recursos naturais, assumindo o compromisso de desenvolver políticas sociais e econômicas voltadas para a preservação ambiental. No que se refere à questão econômica, a

consciência do cidadão deve ser direcionada aos limites e ao potencial do crescimento econômico, bem como de seus impactos socioambientais sobre a sociedade. Todos estes aspectos estão relacionados à sobrevivência do planeta como morada da sociedade humana (Unesco, 2005).

O processo histórico tem levado pesquisadores a construírem artigos diversos que vêm tratando dos direitos e deveres ambientais, bem como eventos que, de alguma forma, tentam proteger os recursos naturais do Planeta, como a Conferência das Nações sobre Meio Ambiente (Estocolmo – 1972), a Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente, conhecida como ECO-92 (Rio de Janeiro – 1992), a Agenda 21 (resultante da ECO-92), o Protocolo de Kyoto (Japão – 1997), entre outros. Esses eventos vêm atribuindo uma dimensão valorativa mundial à Questão Social, até então pouco considerada na medida em que propõe iniciativas que gerem igualmente, “ao mesmo tempo, uma *maior equidade*, um nível elevado de *conservação ambiental* e uma *maior racionalidade (eficiência) econômica*” (Buarque, 2001, p. 43; grifo nosso).

A preocupação dos Países representados pela ONU, com relação à DEDS, é de que as propostas sejam aplicáveis, que estimulem o processo participativo, recorram à multiplicidade de métodos e, principalmente, que sejam interdisciplinares. Em outras palavras, que seja desenvolvido o pensamento crítico e a capacidade de encontrar soluções para os problemas ambientais, econômicos e sociais na atualidade.

No rumo dessas propostas, o Projeto-Piloto que deu origem à ONG REDECRIAR foi elaborado com a finalidade de possibilitar maior qualidade de vida e consciência de preservação ambiental a um público-alvo coletivo, constituído por sujeitos inseridos em escolas públicas e associações comunitárias. Derivando da finalidade, foram definidos o objetivo geral e a metodologia, quais sejam:

– *Objetivo geral*: intervir, delimitando e problematizando questões de preservação ambiental de base sustentável, a partir da identificação do conhecimento já instaurado nos sujeitos da ação profissional, promovendo sentimentos de pertencimento social e cidadania.

– *Metodologia de trabalho*: pautada no diagrama conceitual (Figura 1), dirigida a um público-alvo coletivo, composto por alunos, seus pais e professores (Figura 2). As intervenções são baseadas nas potencialidades dos sujeitos e nos direitos humanos, priorizando ações lúdico-educativas de conteúdo socioambiental para professores e alunos, e atividades econômico-ambientais, pautadas no conceito dos 3R's (reduzir, reutilizar, reciclar), direcionadas a pais/mães dos alunos, onde o projeto é desenvolvido.

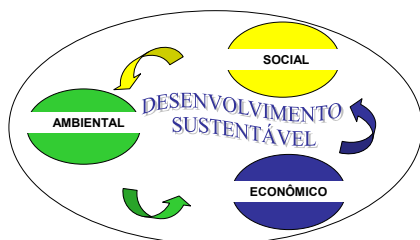


Figura 1
Diagrama conceitual do desenvolvimento sustentável.

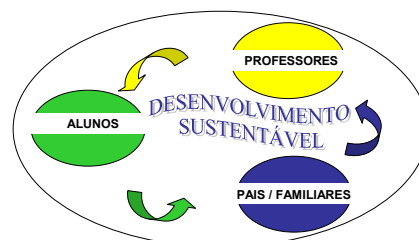


Figura 2
Diagrama metodológico do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Figuras sistematizadas pelas autoras.

Buscando ferramentas metodológicas que apreendam as questões que se colocam na atualidade frente aos novos espaços ocupacionais, a interdisciplinaridade passa a ser compreendida, não como sinônimo de sobreposição de diferentes disciplinas no mesmo lugar, mas como diferentes áreas de conhecimento articuladas, operando na perspectiva de atingir um objetivo comum frente às expressões da questão social, presentes em cena. A perspectiva interdisciplinar que foi trabalhada pelo grupo de profissionais que integram a REDECRIAR buscou superar os processos de exclusão social de forma instrumentalizadora em face do objeto ao qual se atuava, tendo em vista a convergência ético-política, em torno de o objeto de intervenção ser fundamental nas propostas e ações dos atores envolvidos (Paz, 1999).

O desafio da interdisciplinaridade se consolida na capacidade dos sujeitos aceitarem as diferenças intrínsecas aos respectivos objetos de intervenção durante o processo coletivo de definições de objetivos que convergem em uma mesma ação, o qual já se fazia presente nos primeiros encontros do grupo, visando à aproximação prática do conceito de cidadania. O trabalho desenvolvido se deu na perspectiva do fortalecimento da cidadania, configurada como ponto em comum aos diferentes saberes presentes, referentes ao Serviço Social, Biologia e Nutrição. Nesse caminho, emergiram diferentes interpretações que são atribuídas ao termo. Enquanto o mercado reduz os direitos do sujeito como consumidor, limitando ao cidadão o aspecto dos direitos ligados ao consumo de bens e serviços, a Unesco amplia esse conceito, configurando-o como

um conjunto de direitos e deveres humanos e sociais que têm os cidadãos. Há um acento ético, pois sinaliza respeito e dignidade. Os vários tipos de cidadania, em suas múltiplas referências, remetem-nos para a participação ampla e democrática (Unesco, 2003).

Corroborar com o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento social, identificando as necessidades de cada sujeito envolvido com o projeto, passa a ser o foco do trabalho interdisciplinar que parte do pressuposto de que, integrado ao ambiente, o sujeito cuida e preserva melhor do seu entorno. Entorno esse constituído pela natureza, pelo espaço comunitário e escolar, pelos colegas, amigos, não-amigos, professores e familiares, na medida em que escolas públicas e associações comunitárias se configuram como espaço de intervenção da ONG. Trabalhar com esse “entorno” significa planejar conexões entre sujeitos que compõem um público-alvo coletivo.

Na busca de uma nova realidade a ser estabelecida em cada comunidade, onde o projeto é implementado, a REDECRIAR criou um ciclo de ações que revelam o compromisso que assume com a sociedade, desde a sua constituição. Esse ciclo contempla a afirmação de uma relação teórico-prática, contínua, que se concretiza a partir do compromisso de seus associados, com a formação continuada. O movimento de oxigenação do conhecimento aplicado gera a construção de um novo conhecimento que encerra um ciclo à medida que é difundido em diferentes espaços científicos e dá início a um novo processo de retro-alimentação teórica. Essa dinâmica é sistematizada na Figura 3:

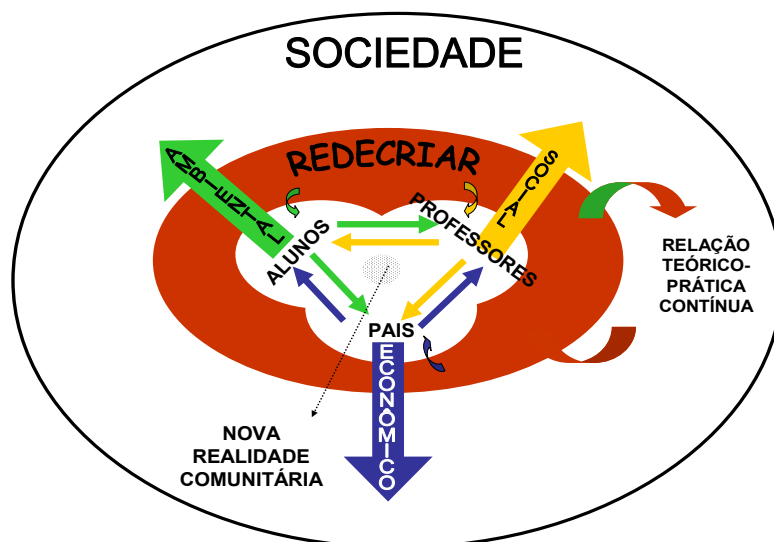


Figura 3
Movimento sucessivo de construção do conhecimento socioeconômico e ambiental.

Fonte: Figura sistematizada pelas autoras.

Esse movimento permite a aproximação com o Trabalho em Redes, o qual pressupõe um processo democrático em que a informação circule livremente de forma horizontal,

implicando a participação efetiva de profissionais e usuários envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento a determinadas demandas.

O Trabalho em Redes Sociais

Os pressupostos metodológicos do Trabalho em Redes Sociais, ao serem implementados, potencializam transformações coletivas (Faleiros, 1999). Esses pressupostos se configuram, basicamente, no estabelecimento de relações igualitárias, no fortalecimento dos vínculos entre os sujeitos e instituições que participam da mesma teia, na livre circulação de informações e na articulação das diferentes atribuições institucionais. Partindo dessas ações, aliadas ao aprendizado contínuo de seus integrantes, a construção da rede se desvia do que Faleiros denomina de “exercício voluntarista” à medida que

parte da realidade do território, das forças em presença, da conjuntura, levando em conta as redes primárias existentes, de auto-ajuda, a rede de serviços no território e atores que podem se implicar na ação de forma direta e indireta. O fundamental é que se construa um trabalho *com* os usuários e *para* eles (Faleiros, 2000, p. 182).

Uma vez que a inclusão de sujeitos amplia a rede social que se articula em vistas de um objetivo em comum, envolver professores de escolas, atores sociais ligados a políticas públicas, bem como colaboradores de instituições privadas na execução das atividades, atribui eficácia aos resultados planejados. Esses sujeitos também podem corroborar com a multiplicação das ações instituídas e dar seguimento às atitudes e hábitos promovidos durante o desenvolvimento do trabalho.

A rede, como sistema aberto em constante movimento, também abre espaço para

a manifestação pública das dificuldades dos atores e a colocação de seus recursos para compartilhamento. O compartilhamento é, portanto, conflituoso e supõe a construção de contratos ou pactos para a ação, e, por isso mesmo, temporário, implicando uma rediscussão periódica (Faleiros, 2000, p. 180).

A metodologia de trabalho adotado pela REDECRIAR, no sentido de atender a esses pressupostos, expressa-se nas intervenções em circuito, visando atingir um maior número de participantes, conforme representam as Figuras 4 e 5.



Figura 4
Circuito de Sensibilização REDECRIAR.
Fonte: Figura sistematizada pelas autoras.

Num primeiro momento, os sujeitos são convidados a se imaginarem nas diferentes situações representadas por imagens que demonstram as conseqüências das relações estabelecidas entre Homem & Natureza, configurada pela Fase 1 do "Circuito Sensibilização". Essa fase abre espaço para a socialização das demandas com as quais cada participante se identifica e se mobiliza para modificar. A Fase 2 inicia um processo de organização das informações presentes na legislação, as quais se configuram como parte de um caminho de enfrentamento àquelas demandas apresentadas na Fase 1. Na Fase 3, há um estímulo para desempenhar, na prática cotidiana doméstica e comunitária, parte das ações sugeridas na fase anterior, culminando com um "Jogo", na Fase 4, sintetizando o conteúdo apreendido até então.

Um meio efetivo de potencializar o poder de transformações singulares é criar espaços coletivos, integrando diferentes instituições de um mesmo entorno, comunidade científica, poder público e iniciativa privada, para o reconhecimento público das aptidões de seus integrantes. Nessa perspectiva, a REDECRIAR promove eventos de finais-de-semana, definidos como Ações Integradas, os quais têm o propósito de dar visibilidade ao trabalho realizado pelos Seres Sociais envolvidos com o Projeto. Nesses eventos, são reconhecidos, principalmente, aqueles atores que demonstraram superação de suas atitudes frente à relação socioambiental. Ao serem reconhecidos pelo poder de superação que possuem, se fortalecem

e percebem a capacidade que possuem de gerar mudanças na pequena e na grande realidade que os rodeia.

É importante ressaltar que a metodologia adota linguagem apropriada às respectivas faixas etárias, que constituem o público-alvo coletivo, de forma a estabelecer uma comunicação eficiente entre os integrantes da REDECRIAR e os usuários de seus serviços profissionais. O preparo do evento que integra os atores da comunidade onde o projeto é desenvolvido se constitui no “Circuito Metodológico” representado pela Figura 5.

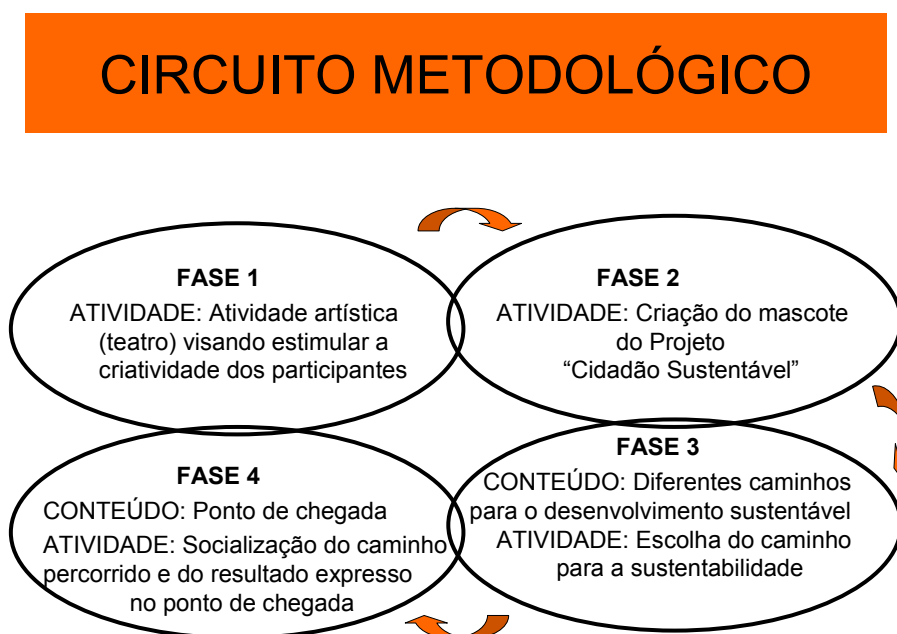


Figura 5
Circuito Metodológico para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Figura sistematizada pelas autoras.

Composto por quatro fases, o Circuito Metodológico estimula a criatividade dos sujeitos, expressa em teatros, desenhos, maquetes, entre outros elementos que materializam a potencialidade de cada um em demonstrar o entendimento sobre a relação entre cidadania e meio ambiente, bem como sobre suas dificuldades cotidianas. São utilizados objetos recicláveis para a produção personalizada de utilitários como lixeiras, instrumentos musicais, brinquedos e até mesmo peças do vestuário renovadas.

Tendo em vista que a rede se forma com a finalidade de se atingir um determinado objetivo, os sujeitos que configuram a teia articulam suas potencialidades como meio de enfrentamento às suas fragilidades. À medida que há a integração do poder público, iniciativa

privada, sociedade civil às comunidades onde a REDECRIAR se faz presente, os resultados planejados alcançam maior efetividade. Nesse sentido, a ONG vem construindo canais de comunicação entre esses atores sociais, fundamentando sua abordagem nos interesses universais.

Os cuidados com os recursos naturais assegurados em lei vêm sendo determinantes para a permanência e/ou inserção de organizações no mercado. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável se revela como elemento contributivo para as aprovações de propostas apresentadas pela REDECRIAR aos diferentes organismos. Essas propostas ganham espaço de atuação quando o tempo de execução do projeto é otimizado e dirigido à totalidade de um público-alvo coletivo pertencente a cada comunidade.

Considerando que o projeto-piloto foi desenvolvido na Comunidade Jardim Carvalho, zona lesta de Porto Alegre, a meta de trabalho da REDECRIAR está pautada no crescimento do número de atores capacitados para multiplicação do projeto em outros espaços comunitários. Sendo a proximidade regional entre os sujeitos um fator facilitador da difusão dos conhecimentos e hábitos por eles adquiridos, as ações da REDECRIAR se focalizam na execução de atividades do Módulo 1, localizado no entorno do núcleo formado pela Comunidade Jardim Carvalho, conforme mostra a Figura 4.

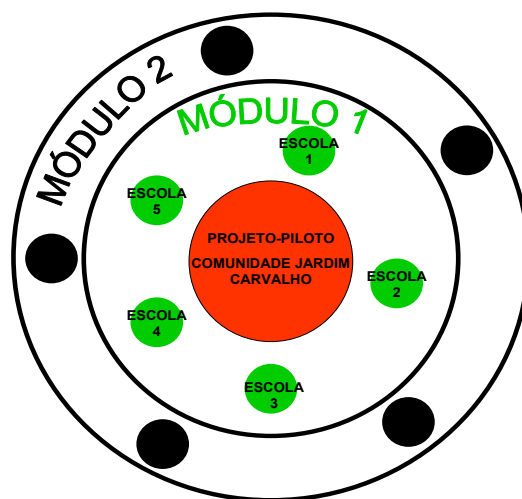


Figura 4
Plano de Expansão REDECRIAR.

Fonte: Figura sistematizada pelas autoras.

Nessa perspectiva, na finalização do Módulo 1, já estão sendo encaminhados projetos que respondem a editais, chamadas públicas e privadas, as quais possibilitarão a expansão do

núcleo para a concretização do Módulo 2, formatado para atender mais cinco escolas e assim, sucessivamente.

A gestão da metodologia apresentada segue as fases do processo administrativo (planejar, organizar, dirigir e controlar), definidas por Chiavenato apud Amaro (2003). Buscando atribuir efetividade aos resultados esperados, foram criados mecanismos de gerenciamento de execução dos projetos, quais sejam:

– *Quadro de Monitoramento de Resultados*: procedimento que auxilia o controle dos resultados, realizado a partir da representação cronológica das ações necessárias para que cada objetivo seja alcançado. O quadro é preenchido semanalmente por parte dos executores do projeto e permite redimensionamentos das ações quando necessário.

– *Mapa de Gerenciamento de Recursos Humanos*: instrumento de unificação de informações, exposto em mural do espaço físico e eletrônico da ONG. Nele estão contidos os registros de ações executadas bem como um mapa das forças de resistências, fraquezas e ameaças que estão presentes nas dinâmicas de trabalho dos associados. O objetivo desse instrumento é encontrar meios que representem formas de superação das demandas internas do grupo.

– *Instrumentos de Transferência de Resultados*: a transferência dos resultados parte da simplicidade inerente ao efeito multiplicador de cada ação profissional, baseadas em valores, princípios e direitos humanos. Uma ação isolada possui uma efetiva capacidade geradora de transformação, ignorada pela grande maioria societária. No entanto reafirma-se o comprometimento ético-político profissional dos membros da ONG, bem como de seus parceiros, como principal agente de transferência de seus resultados, reproduzido em um relatório entregue no término das atividades executadas em cada instituição onde a ONG se faz presente e um manual criado para auxiliar professores na implementação da temática “Cidadania & Preservação Ambiental”, compondo a interdisciplinaridade como forma de gerar interesse, tanto do aluno pelo aprendizado, como do professor pelo processo educativo.

– *Avaliação de Resultados que Expressam o Desenvolvimento Sustentável*: contempla procedimentos quantitativos para analisar o efeito qualitativo da técnica de sensibilização sobre a atitude dos sujeitos que compõem o público-alvo coletivo quanto às questões ambientais, sociais e econômicas.

- Quanto à *questão ambiental*, durante as atividades, busca-se desenvolver um processo de conscientização sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais a partir da quantificação de ações como:

Textos & Contextos

- redução do uso de energia elétrica e água em suas residências;
- aproveitamento do solo doméstico no plantio de hortaliças;
- responsabilidade assumida sobre o lixo doméstico criado.
- Para a *questão social* são registradas expressões que demonstram a visão de mundo dos sujeitos inseridos no projeto, estimuladas por reflexões referentes a fatos históricos e seus efeitos sociais relacionados aos problemas econômicos e ambientais sobre a realidade contemporânea. A partir dessas reflexões, propõem-se debates sobre as necessidades de mudanças futuras com base no conceito de cidadania. O conteúdo desses debates, estimulados a projetarem as relações sociofamiliares, reflexiva e dialogicamente, para a macrorrealidade societária, permite avaliar se as relações sociais entre os sujeitos na microrrealidade institucional se apresentam mais igualitárias.
- A *questão econômica* é analisada a partir de um procedimento que possui dois direcionamentos:
 - redução de consumo de energia elétrica e água: contabilizada através de registros das contas de água e luz pagas no mês anterior à implementação do projeto e nos meses subsequentes de execução do mesmo;
 - geração de renda: contabilizada através de registros de geração de renda por parte da população que se insere no programa REDECRIAR RENDA.

A síntese dessa dinâmica se traduz na gestão de projetos e dos recursos humanos que são responsáveis pela execução das atividades nas comunidades. Cabe a esses profissionais, além da execução do projeto, o preenchimento dos instrumentos que subsidiam o processo de planejamento, organização, direção e controle das ações e seus resultados, conforme ilustra a Figura 7:

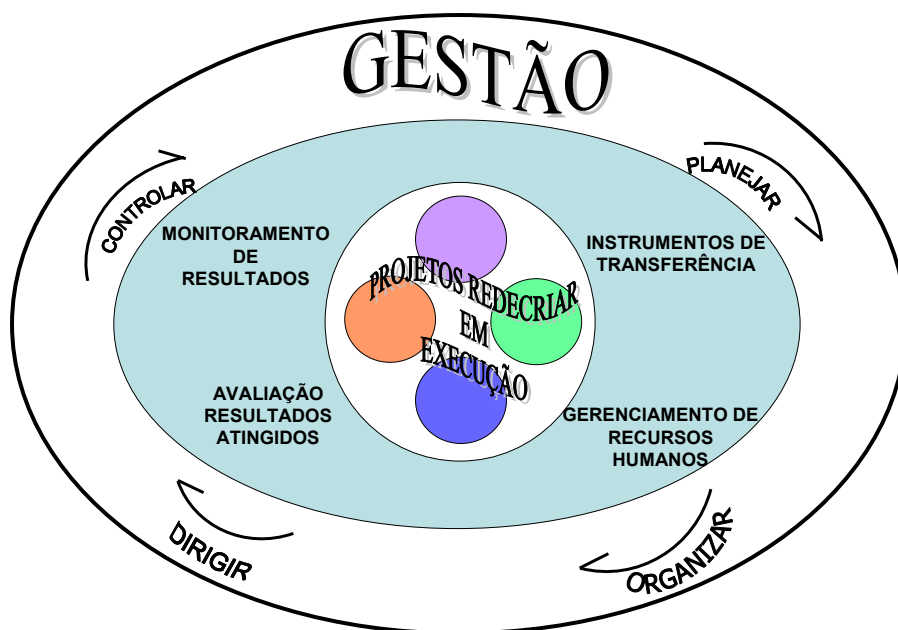


Figura 7
Gestão de Ações REDECRIAR.
Fonte: Figura sintetizada pelas autoras.

É fundamental que o processo de trabalho não seja burocratizado pelos seus mecanismos de gestão para evitar a falta de eficácia do mesmo. Muitas vezes eles assumem o papel exclusivo de direcionar e reconfigurar as ações necessárias para o alcance dos objetivos previamente definidos. A cada ciclo que se encerra na avaliação dos resultados atingidos, inicia-se um novo processo de sucessivos momentos de planejar, organizar, dirigir e controlar.

Considerações finais

A resposta ao convite de Bertolt Brecht – “nunca digam isso é natural...” – está configurada na articulação dos elementos examinados neste texto, podendo ser sintetizada no movimento proposto pelo grupo instituinte REDECRIAR, expresso na denominação do projeto que deu origem à entidade: “Reciclando a Cidadania em Rede Interdisciplinar”.

O enfrentamento da Questão Social na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável vem se configurando como um veículo importante para a efetividade do agir profissional. E a constituição de uma rede interdisciplinar registrada juridicamente vem atribuindo efetividade à materialização de propostas criadas para diferentes organismos de fomento. Além de a temática escolhida propiciar a construção de uma metodologia que concilia a preservação dos

recursos naturais ao enfrentamento de demandas sociais provenientes de problemas econômicos da população atendida, cria, também, impactos sobre a equipe executora e, ainda, sobre os fomentadores de recursos.

O impacto sobre a população já atendida pelo projeto se evidencia na integração de ações comunitárias e no processo de criação de uma logomarca comunitária. As atitudes e hábitos implementados, quando projetados para o futuro, são capazes de promover o aumento de renda da população local e a proteção do patrimônio constituído pela biodiversidade brasileira.

Para a equipe executora, o impacto se refere à ampliação de possibilidades de sua atuação no mercado profissional. O alcance se estende para a criação de novas oportunidades de trabalho a diferentes áreas profissionais, tendo em vista o caráter interdisciplinar da proposta oferecida pela entidade.

Considerando que os fomentadores de recursos realizam investimento em um projeto cujas ações estão alinhadas ao Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Mundial, à Legislação Ambiental e aos Direitos Sociais presentes na Constituição Federal Brasileira, o impacto para esses organismos se expressa na credibilidade institucional, na geração de publicidade direta e indireta a qual evidencia uma imagem que potencializa a criação de um novo paradigma social em sua comunidade.

O maior desafio dessa nova jornada se expressa nos fundamentos éticos de cada ação profissional, visto a capacidade geradora de transformações que o efeito multiplicador da metodologia adotada desempenha em um trabalho coletivo, mesmo quando a ação é exercida, inicialmente, de forma isolada. A responsabilidade e o compromisso individuais (de cada membro da equipe profissional) constituem-se como núcleo de uma microrrealidade, participe de um processo que alcança dimensões macrosociedade.

Referências

- AMARO, Inês. *Polígrafo didático*. Disciplina de Administração II. FSS-PUCRS. Porto Alegre, 2003. (mimeo)
- ANDRADE, Renato A. *O enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor*. Vila Velha / ES: Editora Univila, 2006.
- BAPTISTA, Myriam V. *Planejamento social, intencionalidade e instrumentação*. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002.
- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. 4. ed., Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

- BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 1988.
- BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento sustentável* – 2001. Disponível em: <<http://www.locus.org.br/files/CONSTR~1.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2006.
- CABRAL, Eloísa H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 86, 2006.
- CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. 1993. Coletânea de Leis organizada pelo Conselho Regional de Serviço Social. 10ª Região. Porto Alegre, 2000.
- ESTATUTO SOCIAL. ONG REDECRIAR, 2006.
- FALEIROS, V. de P. (1999). *Estratégia em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, V. de P. (2000). *Desafios do Serviço Social na Era da Globalização* – Revista Serviço Social & Sociedade: n. 61. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade. In: *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão*. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: 2002.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. *Capacitação em Serviço Social: Módulo 2: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Stúdio Nobel, 2000.
- SATTLER, Miguel. *Comunidades sustentáveis. Polígrafo Didático*. Curso de Especialização em Construção Civil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- UNESCO. *Década das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável 2005-2014: Documento final do plano internacional de implementação*. Brasília: Unesco, OREALC, 2005.
- VASCONCELOS, A. M. de. Serviço Social e prática reflexiva. *Em Pauta* – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 10, 1997.